

FENÔMENOS LINGUÍSTICOS E FATOS DE LINGUAGEM

ANGELA MARIA GOMES
ORGANIZADORA

FENÔMENOS LINGUÍSTICOS E FATOS DE LINGUAGEM

ANGELA MARIA GOMES
ORGANIZADORA

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F339	Fenômenos linguísticos e fatos de linguagem [recurso eletrônico] / Organizadora Angela Maria Gomes. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-760-4 DOI 10.22533/at.ed.604192511 1. Educação. 2. Língua portuguesa. 3. Linguística. I. Gomes, Angela Maria. CDD 410
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Sendo a Linguística conceituada como a ciência que estuda os fatos da linguagem, entendê-la, assim como seus fenômenos, é crucial, visto que a língua, como ferramenta de comunicação, compreensão e atuação no mundo, abrange dimensões que interessam a todas as atividades humanas, ainda mais no que abrange a área da educação.

Fenômenos Linguísticos e Fatos da Linguagem apresenta reflexões perpassando a heterogeneidade social, no que abrange a variação linguística, que nem sempre é devidamente reconhecida e pode levar ao preconceito e à discriminação. Dentro dessas diversidades linguísticas, as quais representam as variações de acordo com as condições sociais, culturais, regionais e históricas em que é utilizada, aqui são analisadas desde, em pesquisas filológicas, a historiografia da linguística no Brasil, passando pela análise da língua em um único núcleo familiar até setores mais específicos como o ambiente jurídico, onde o operador do Direito tem os argumentos por ele utilizados como principal instrumento de trabalho. Falando em argumento, um recorte de uma pesquisa de mestrado apresenta como objeto de ensino da Língua Inglesa o gênero textual: “comentário argumentativo do Facebook”.

A educação está ligada a mudanças, a reorganizações, a reaprendizagens, a novos olhares. No que se refere especificamente à linguagem não é diferente. Assim, há a necessidade de se ter um novo olhar multidisciplinar também à educação inclusiva. Aqui são apresentados olhares em diferentes perspectivas: aliados a neurociências; à luz da produção linguística em Libras; numa perspectiva racial e social, associando aulas de Língua Portuguesa ao combate ao racismo estrutural imerso na sociedade, que por meio da linguagem, também gera nulidade de seus produtores e de sua construção de identidade; através de concepções de língua(gem) desenvolvidas historicamente que influenciaram a educação de surdos.

Finalmente, não há como discorrer sobre fenômenos linguísticos sem passar pela escrita. Baseando-se nas concepções de escrita que a definem como dom, como consequência e como trabalho, sendo a última proposta tanto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) como pelas Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs) de Língua Portuguesa, aqui encontramos uma análise de qual o tipo de proposta de escrita predominante em comandos de coleções de livros didáticos para o Ensino Fundamental.

Para os estudiosos da ciência, este livro traz pesquisas que, além de contribuir significativamente para a construção do conhecimento, nos levam a refletir sobre fenômenos e fatos tão inerentes a aquilo que faz parte do cotidiano de qualquer um: a linguagem.

Angela M. Gomes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“COMENTÁRIO ARGUMENTATIVO DO FACEBOOK” COMO GÊNERO TEXTUAL	
Daniele Conde Peres Resende Eliana Merlin Deganutti de Barros Rodrigo de Souza Poletto	
DOI 10.22533/at.ed.6041925111	
CAPÍTULO 2	11
A POLÍTICA DO ARMAMENTO DA SOCIEDADE CIVIL À LUZ DA ANÁLISE FILOLÓGICA NOS TEXTOS BÍBLICOS	
Renato Faria da Gama Alessandra Rocha Melo Alonso Castro Colares Junior Sandro Reis Rocha Barros Rosalee Santos Crespo Istoe	
DOI 10.22533/at.ed.6041925112	
CAPÍTULO 3	17
ANALISE DE COMANDO DE ESCRITA PRESENTES NOS LIVROS DIDÁTICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES FINAIS	
Cássio Joaquim Gomes Elaine Aparecida dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6041925113	
CAPÍTULO 4	34
AQUISIÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS DENTRO DO CONTEXTO ESCOLAR: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ESCOLAS INCLUSIVAS E BILÍNGUES	
Luiz Antonio Zancanaro Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.6041925114	
CAPÍTULO 5	46
AS DIFERENÇAS E A DIVERSIDADE DA LÍNGUA E SEUS REFLEXOS SOBRE O PRECONCEITO E A INTOLERÂNCIA	
Juliete Maganha Silva Eliana Crispim França Luquetti Shirlena Campos de Souza Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.6041925115	
CAPÍTULO 6	58
AS FONTES DO DE GESTIS MENDI DE SAA E O TRABALHO FILOLÓGICO DE ARMANDO CARDOSO	
Leonardo Kaltner	
DOI 10.22533/at.ed.6041925116	
CAPÍTULO 7	71
CONCEPÇÃO DE LINGUA(GEM) NO DECORRER HISTÓRICO E SEUS EFEITOS NA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL	
Rogers Rocha Lourival José Martins Filho	
DOI 10.22533/at.ed.6041925117	

CAPÍTULO 8	81
DO BUROCRATÊS À POPULARIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: A SOCIOLOGIA DE PODER EXPLICANDO A LINGUAGEM CIDADÃ	
Humberto Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.6041925118	
CAPÍTULO 9	96
EDUCAÇÃO INCLUSIVA SOB A PERSPECTIVA DE UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR	
Cássia da França Gomes Baptista	
Cristina de Fátima de Oliveira Brum Augusto de Souza	
Fernanda Castro Manhães	
Sebastião Duarte Dias	
Lucas Capita Quarto	
Fabio Luiz Fully Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.6041925119	
CAPÍTULO 10	105
ESTRATÉGIAS DE ESCRITA POR ALUNOS SURDOS NO CONTEXTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE ESPANHOL COMO L3	
Rogers Rocha	
Lourival José Martins Filho	
DOI 10.22533/at.ed.60419251110	
CAPÍTULO 11	119
HETEROGENEIDADE DA ESCRITA NA 5ª SÉRIE: MECANISMOS DE JUNÇÃO E TRADIÇÃO DISCURSIVA EM FOCO	
Elaine Cristina Ferreira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.60419251111	
CAPÍTULO 12	131
LINGUAGEM JURÍDICA	
Adelcio Machado dos Santos	
Evelyn Scapin	
DOI 10.22533/at.ed.60419251112	
CAPÍTULO 13	147
METODOLOGIAS ATIVAS E <i>ENGLISH FOR SPECIFIC PURPOSES</i> : UMA EXPERIÊNCIA SOBRE AUTONOMIA E APRENDIZAGEM	
Rafaela Sepulveda Aleixo Lima	
Laís Teixeira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.60419251113	
CAPÍTULO 14	160
MONUMENTO SANTA CRUZ: UMA NARRATIVA DO SILÊNCIO	
Rafael Garcia Madalen Eiras	
DOI 10.22533/at.ed.60419251114	

CAPÍTULO 15	171
PISTAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A INTERAÇÃO E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CURSOS A DISTÂNCIA	
Débora Cristina Longo Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.60419251115	
CAPÍTULO 16	183
QUANDO OS FENÔMENOS FONOLÓGICOS SE ENCONTRAM - O FALAR FORTALEZENSE	
Giorgya Lima Justy de Freitas Patrícia Carla Oliveira Marinho Santana	
DOI 10.22533/at.ed.60419251116	
CAPÍTULO 17	189
UM OLHAR ÉTNICO-RACIAL NAS PRÁTICAS DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E DISCURSIVA	
Katuscia Lucas Severino	
DOI 10.22533/at.ed.60419251117	
CAPÍTULO 18	203
A ESTABILIDADE DO USO DAS PREPOSIÇÕES A E EM LIGADAS A CIRCUNSTÂNCIAS LOCATIVAS NO PORTUGUÊS MODERNO E SEU COMPORTAMENTO NO BRASIL	
José Carlos Alves de Azeredo Júnior Thiago Soares de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.60419251118	
SOBRE A ORGANIZADORA	217
ÍNDICE REMISSIVO	218

DO BUROCRATÊS À POPULARIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO: A SOCIOLOGIA DE PODER EXPLICANDO A LINGUAGEM CIDADÃ

Humberto Fernandes

Centro Universitário Fluminense, NIPEC

Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy
Ribeiro, PPGCN/CCT

Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo revisar antecedentes documentais e de investigação, como manuais governamentais e de associações da sociedade civil, a partir dos esforços de políticas, majoritariamente públicas, projetadas a reduzir a “brecha de informação” por vias do acesso ao serviço e a direitos, mediante a “linguagem cidadã”, que representa um novo modelo de relação entre a governança e a sociedade civil. Verificar-se-á, no marco das políticas de linguagem simples, um reconhecimento por parte das instituições - públicas, privadas e organizações sem fins de lucro – referente à linguagem-discurso utilizada nos trâmites e nos serviços (mais complexa, técnica e, portanto, restringida), que se afasta da linguagem-discurso do cidadão comum (simples e popular). A modernização da linguagem institucional contemplaria três eixos para a eliminação da brecha de informação: por um lado se supõe que haveria uma redistribuição do acesso à informação pública adequada à cidadania, seja coletiva ou individual; desenvolvendo, por outro lado,

competências e capacidades para cidadãos e cidadãos em forma de capital cultural; e tudo isso somado à maximização da eficiência de recursos da administração pública.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem Cidadã; Brecha Informacional; Administração Pública; Tradução intralinguística; Democracia

FROM THE OFFICIALESE TO THE POPULARIZATION OF INFORMATION: SOCIOLOGY OF POWER EXPLAINING THE CITIZEN LANGUAGE

ABSTRACT: This work is aimed at revising background documentation and investigations, such as governmental manuals and from civil society associations, based on the efforts from policies, mainly public, projected to reduce the «informational gap» through access to services and rights, by means of the «citizen language», which represents a new relational model between governance and civil society. As findings, we verify recognition on the Institutions’ part – public, private and non-profit – regarding the language-discourse used in procedures and services (more complex, technical and, therefore, restricted), that is distant from the common citizen language-discourse (simple and popular). The institutional language modernization entails three axes so as to eliminate the informational gap: on one hand a redistribution of access to public information fit

for the citizenship, be it collective or individual; developing, on the other hand, skills and capacities to citizens as cultural capital; and it all combined with the maximization of resource efficiency in public administration.

KEYWORDS: Citizen Language; Informational breach; Public administration; Intralinguistic translation; Democracy

1 | INTRODUÇÃO

Para compreender a «linguagem cidadã» - «simples» ou «clara» - como uma experiência técnico-linguística aplicada à gestão pública, pretende-se analisar as distintas formas de aplicação da ideia no mundo por meio de uma revisão de literatura sob a ótica da sociologia de poder, em base aos sistemas distributivos de informação, do discurso e do capital cultural. Impulsionado pelo «apartheid informacional», de Sandra Fisher Martins, conceitua-se uma desigualdade complementar à brecha digital, no marco da Sociedade de Informação e Conhecimento (SIC), do Desenvolvimento Humano, e da Teoria dos Capitais: a brecha informacional.

Historicamente os documentos e eventos comunicativos da burocracia pública, da área jurídica e os contratos e acordos do âmbito privado detêm uma linguagem específica, técnica, complexa aos olhos da maioria. Este distanciamento entre a linguagem usada nos documentos, procedimentos e trâmites públicos e privados e a capacidade de compreensão linguística da sociedade civil é o que abre espaço para as críticas referentes à má transparência, à falta de democracia, à manipulação, à demagogia, à incapacitação político-crítica da sociedade, etc.

O burocratês ou o legalês representam estas linguagens densas, pesadas, técnicas, repetidas, e cujo discurso representa a primazia do emissor das mensagens informativas, ao invés de prevalecer o destinatário para quem tal mensagem é dirigida. O movimento Linguagem Simples nasceu deste propósito de simplificar a linguagem de documentos e procedimentos públicos, através de uma tradução intralinguística, ou seja, de uma reconstrução da linguagem dentro do mesmo idioma e pela ressignificação da formalidade do design documental. Nesse sentido, a tecnologia aqui se aplica na convertibilidade linguística e na disposição da informação.

A Suécia foi a primeira a implantar a modernização da «linguagem administrativa» em 1976, com mais de 1.000 documentos governamentais «revisados» durante a implementação. No México, houve a capacitação de recursos humanos do setor público civil para simplificar a linguagem oral na atenção cidadã. Nos Estados Unidos, muitas agências federais aplicaram o programa de inglês simplificado em suas estruturas documentais regulatórias, suas notificações e instruções legais. No Canadá, a política nacional exige o uso da linguagem simplificada na administração pública, apesar de que os textos jurídicos não estejam contemplados. Além da Austrália e Reino Unido, ambos enfocados na simplificação do texto jurídico e em corporações e empresas (NATIONAL ADULT LITERACY AGENCY NALA, 2009).

Não há instituição sem linguagem específica capaz de codificar e estabelecer as condutas esperáveis, possibilitando assim a comunicação entre os membros. No entanto, na pluralidade de variações das instituições e de linguagens dentro das quais pertencemos, as concepções de mundo entre cidadãos e cidadãs variam segundo as experiências subjetivas e as capacidades de observação, devido aos limites da linguagem de cada um (ALEGRE, 2004).

A globalização também é cenário para este trabalho que incide sobre o fazer político das nações. A globalidade das ações erode as antigas instituições locais, que testemunham mudanças referentes aos processos de modernização, enquadrando novos vínculos e novos espaços na relação cidadania-Estado. O que Beck (1998) concebe como a «segunda modernidade», Bauman (1998) define como a nova reestruturação socioeconômica que leva a uma privatização do público, interferindo na capacidade distributiva de «saberes» como capital cultural.

2 | DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 Modernização da Governança

A literatura sobre a SIC outorgou protagonismo às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como variável de análise para as sociedades em rede. De um lado como propulsoras de desenvolvimento humano, e do outro como variáveis de leitura das desigualdades sob uma ótica tecnocrática. A partir disso, a brecha digital se tornou a desigualdade peculiar das sociedades de informação e comunicação. Um exemplo disso é a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2018) sobre a revolução digital e a internet como um bem produtivo, e não somente de consumo, em referência à economia digitalizada, à revolução dos dados, à internet das coisas (IoT) e o consumo digital.

Outro documento da Cepal (2017) especifica que os governos devem priorizar ações concretas guiadas por quatro princípios-chave: a transparência em função da informação que tem que ser aberta, disponível, com dados legíveis e sem processamento; a prestação de contas em forma de “normas, regras e mecanismos” para que atores governamentais se justifiquem e sejam responsáveis; a participação cidadã onde a sociedade civil aporte à inovação por meio de insumos; e a tecnologia e a inovação relacionadas ao reconhecimento por parte dos governos da importância de providenciar à cidadania o acesso à tecnologia, pois há “a importância de aumentar a capacidade dos cidadãos para a utilização de tecnologias” (CEPAL, 2017, p. 19), estreitamente relacionada com a gestão pública e com a atuação social.

As quatro categorias mencionadas nos ajudam a compreender, de modo sistemático, os esforços governamentais. Como diz o documento da CEPAL sobre melhorias na gestão de serviços públicos e uso eficiente dos recursos, as iniciativas regionais no marco do governo aberto incluem “melhoras na atenção ao cidadão [...]”;

simplificação de trâmites e procedimentos administrativos [...]; e aperfeiçoamento dos sistemas de serviço civil são parte da tipologia de ações” (CEPAL, 2017, p. 59). Logo, a linguagem cidadã representa um novo modelo de relação entre a governança e a sociedade civil. Pois, “as liberdades civis são os cimentos que permitem às pessoas participar sem medo e dissentir pacificamente entre eles e com o governo”, pelo que se alenta a um bom desenho de participação cidadã, e que este possa contar com recursos adequados. Portanto, “é necessária uma mudança cultural no modo de interatuar e cooperar com o público dos governos, mediante a incorporação de novos mecanismos para escutar as vozes dos cidadãos, levá-las em consideração e institucionalizá-las no comportamento e na cultura das instituições públicas” (CEPAL, 2017, p. 24).

Pressupõe-se aqui que há uma limitação da compreensão da desigualdade social para além do determinismo digital, das TIC, devido ao predomínio do digital nos estudos sobre as novas tecnologias, excluindo a informação como recurso não digital discursivo. O inovador é reverter a primazia da «brecha digital», que pauta as variáveis e indicadores de acesso digital, oferecendo um marco conceitual referente à «brecha informacional» que, complementariamente, fundamenta a apropriação das tecnologias, a fim de apoiar bons resultados e impactos referentes a políticas públicas, de inclusão digital, social e informacional, fortalecendo assim a democracia e o desenvolvimento humano multidimensional. Chamando a atenção, inclusive, à crescente preocupação das instituições (e empresas) em adequar sua linguagem às capacidades discursivas de seus usuários (tendência user-friendly).

Muito da participação cidadã depende atualmente de políticas de democratização tecnológica, de inclusão digital por vias virtuais, plataformizadas e de uso de serviços públicos por aplicativos junto a programas de governo eletrônico (e-government) (VAN DIJCK, POELL e DE WAAL, 2018). Entretanto, este trabalho se propõe a discutir a inclusão informacional, para além da digital, como a apropriação de ferramentas de informação para melhor participação, mobilização e cidadania.

Em Um manual de inglês simples (1998), se introduz a temática da linguagem simples como um modo de fazer informações públicas mais claras para investidores, que não “nem advogados, contadores, nem banqueiros de investimento,” posto que “o legalês e os jargões do passado devem abrir passagem para palavras do dia-a-dia que comunicam informações complexas claramente” (U.S. SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION, 1998, p. 5). Segundo Sandra Martins, “quando a gente não entende isso tem graves consequências, para os indivíduos e também para o país”. Quando a compreensão falha, limita-se a participação ativa do cidadão em vista de seus direitos, benefícios e obrigações. Para a autora, os documentos públicos “não estão escritos por expertos para expertos [...] estes são documentos escritos para mim, são documentos públicos [...] que devo compreender em minha vida diária, para me autogestar” (MARTINS, 2011).

2.2 O Desenvolvimento Humano na Sociedade de Informação e Conhecimento

A perspectiva multidimensional de desenvolvimento humano de Amartya Sen (1999; 2010) se refere ao desenvolvimento das capacidades do indivíduo para a cidadania na democracia, como direitos civis, acesso (inclusão) à informação, prestação de contas e transparência, participação política e a apropriação do conhecimento para o uso de tecnologias. Estas são dimensões que se cruzam com o desenvolvimento cidadão e em função do grau de oportunidades que este detém. Apesar da aproximação da Linguagem Simples a estas dimensões, lidamos mais profundamente com a última, referente a uma melhor distribuição de capital cultural em forma de informação e conhecimento para a cidadania por vias da modernização da linguagem pública e administrativa.

Sua visão vai de encontro ao economicismo determinista em torno ao conceito de desenvolvimento. O modelo de desenvolvimento aqui apresentado se baseia no aumento das liberdades individuais, com especial atenção às capacidades para a agência individual “como membro do público”, e participante direto da vida social, econômica e política na democracia. No sentido multidimensional, Sen aponta às liberdades individuais não somente como um fim do projeto de desenvolvimento – chamadas de «constitutivas» –, mas também como meios pelo qual se consegue o desenvolvimento em si – que são chamadas de liberdades «instrumentais».

No âmbito das liberdades instrumentais figuram as garantias de transparência, que dizem respeito à confiança necessária entre os membros de uma sociedade para que a mesma funcione. “As garantias de transparência se referem à necessidade de franqueza que podem esperar os indivíduos: a liberdade de se inter-relacionar com a garantia de divulgação de informação e de clareza” (SEN, 1999, p. 59). As liberdades individuais são, pois, interconectadas e complementares, reforçando-se mutuamente, aumentando de tal modo oportunidades sociais na aquisição de serviços básicos, e direitos políticos por apropriação de conhecimento para a participação da vida cidadã. Além do mais, as capacidades individuais dependem dos sistemas político, social e econômico (SEN, 1999, p. 74)

Manuel Castells (1996) aponta que a conjuntura à virada do milênio era (e ainda é) de mudanças sociais «espetaculares», «incontroladas» e «confusas», como os “processos de transformação tecnológicos”. Os novos paradigmas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), somados às transformações dadas nos processos da globalização, constroem um contexto onde as relações de poder se reestruturam em função de redes ao redor dos interesses de seus membros, em uma hierarquia de poder horizontalizado.

ASIC, ou a Sociedade-rede, tem tido um enfoque bem próximo ao desenvolvimento por meio da implantação de políticas de acesso a tecnologias digitais. Ana Rivoir (RIVOIR, 2013) apresenta uma revisão bibliográfica que compreende tal debate crítico sobre este determinismo tecnológico, que reduz o papel dos atores sociais em

face às supostas transformações automáticas proporcionadas pela inserção das TIC digitais na sociedade consumidora. À inversa, um enfoque mais complexo da SIC, multidimensional – em consonância com a perspectiva de Sen – retoma a importância das estratégias dos atores, incluindo a população que, desde esta perspectiva de desenvolvimento humano, “é vista como sujeito de políticas e como produtores em potencial de conteúdo e conhecimento” (RIVOIR, 2013, p. 15)

É importante aqui, então, conceituar a «brecha digital» que, no enfoque complexo, não se refere à desigualdade dicotômica reduzida em aceder ou não à tecnologia. Ela diz respeito ao relacionamento entre este fator de acesso tecnológico com outras desigualdades sociais que se aprofundaram, apesar das políticas de desenvolvimento de enfoque puramente tecnológicos (como por exemplo, oferecer wi-fi em lugares públicos, ceder equipamentos tecnológicos para inclusão digital, entre outros). Apontam Castells e Himanen (2002) que a “implantação do paradigma sociotécnico informacional” se diferencia entre países, com resultados distintos, o que contradiz a visão determinista tecnológica. De fato, considerando a população civil como produtores em potencial e sujeitos de políticas, estamos no marco da apropriação que fazem das tecnologias, ou seja, do conhecimento para seu uso eficaz.

Como aponta Mansell (2002) sobre a possibilidade dos novos meios de gerar capacidades cidadãos funcionais, “os novos meios podem oferecer o potencial para gerar diálogo democrático, mas para que a maioria dos cidadãos participe, será essencial para eles [os novos meios] adquirirem capacidades para contribuir com informação e para tomar decisões sobre o valor e procedência da informação” (MANSELL, 2002, p. 21). Este potencial e capacidades adquiridas se referem à apropriação do conhecimento para a cidadania, em concordância com as perspectivas de Sen e Castells.

2.3 Capital Cultural e Distribuição da Informação

O capital cultural é um tipo de capital simbólico, um capital nãoeconômico, um recurso que o indivíduo dispõe e que é estável, com propriedades intrínsecas, como o prestígio, a estima e o respeito. O habitus é o sociocultural incorporado inconscientemente, livre e restringido ao mesmo tempo pelas estruturas sociais. As regularidades práticas, as estratégias de sobrevivência ou de reprodução social estão orientadas pelas restrições, ou pelas regras estruturais do jogo assim como seu sentido (BOURDIEU, 2007). Para a manutenção do status quo ou empoderamento (mudança na relação de poder), é necessário acompanhar certa regularidade das disposições dos agentes e dos capitais simbólicos, em função de proximidade, dentro do campo.

Os capitais são determinantes nas relações sociais de troca, e retêm um poder que os legitima e permite que estes cumpram seu objetivo. Atendem às estruturas subjetiva e objetiva, cruzando a temporalidade com capacidades ínsitas de sobrevivência, de projetar-se e de perdurar através do tempo. Os capitais se acumulam por meio do trabalho, material ou interiorizado, e de tempo (ou investimento afetivo). Segundo a Teoria dos capitais, munir-se com informação e saberes é adquirir capital cultural, assim

como sociabilizar é adquirir capital social. O que define a informação como capital cultural repousa no âmbito do conhecimento e das competências culturais, como os diplomas, as obras, a investigação, as ideias e ideais, ou seja, símbolos que dão sentido e significado à vida desde uma percepção subjetiva. A linguagem e o discurso, estes capitais culturais incorporados, entram como elementos do habitus que, dentro de um campo de sujeitos de base socioeconômica similar, costumam homogeneizar a todos os indivíduos deste estrato, distinguindo-se de outros (BOURDIEU, 1993). No entanto, para além da pura linguagem objetiva como ferramenta comunicativa, lidamos com símbolos que constituem o sentido e a identidade, à interna do sujeito dentro de um grupo. Esta perspectiva só é válida dentro dos campos que compartilhem a mesma racionalidade discursiva, e assim possam contemplar um possível consenso entre a comunidade, onde podem articular ideias em nível de igualdade de interesses.

Novas investigações sobre o melhor uso das tecnologias, como exemplo a Internet, incluem variáveis referentes à carga de informação retida pelo indivíduo em vista de melhores usos e apropriação destas ferramentas, ou TICs. Como é o caso do estudo de van Deursen, van Dijk e Peters (2011), onde conclusivamente constatam que a inclusão da variável de informação iluminou a percepção das condições dentro das quais as pessoas maiores detêm melhores construções, busca e propagação de conteúdo ainda que, na variável de uso prático, se encontram limitados diante da vida digital, cujas capacidades são retidas pelos mais jovens. Desse modo, os autores inserem as variáveis não-digitais, de conhecimento teórico e informacional, como tecnologias cognitivas e ferramentas lógicas para melhores práticas. Ou seja, os distintos conhecimentos, a modo de capital cultural, geram resultados distintos pois há sistemas distributivos distintos de capital cultural entre os campos dos jovens e os dos mais idosos.

Como visto anteriormente, a literatura que vincula as TICs com o desenvolvimento está predominantemente dentro dos estudos das SIC. Pouco se fala sobre as tecnologias não-digitais, como aquelas aplicadas à linguagem em função de: [1] a informação pública com fins a aumentar as capacidades individuais; [2] em matéria de direitos civis; e [3] muito em função da participação política inerente do sistema democrático, segundo a concepção de desenvolvimento de Sen.

Se por um lado a brecha digital mede a interação entre a variável de inclusão digital com outras variáveis de desigualdade, a brecha de informação – ou de conhecimento –, neste trabalho, se refere à outra desigualdade relacionada a este conhecimento não-digital, da vida cotidiana em sociedade. Este capital cultural adquirido a modo de competências para a democracia, e relativo à linguagem essencial para a cidadania, pode ser obtido através de uma lógica discursiva mais clara, plasmada na linguagem pública e concernente a temas importantes para o desenvolvimento humano dentro das SIC.

A ideia da produção do discurso publicamente aceitável é, em si, a força motriz das mudanças culturais na linguagem aplicada à administração e à informação

públicas, nos parâmetros democráticos. A distinção entre grupos sociais se dá tanto em função do habitus, e da sua linguagem apropriada e internalizada pelos indivíduos-parte do campo, quanto a respeito do sistema distributivo vigente dos recursos (capitais) disponíveis para a vida regulada em sociedade, como a informação pública. Na perspectiva institucionalista da linguagem, esta estabelece os limites de sentido para compreender o mundo e a realidade, influenciando inclusive sobre a própria concepção da capacidade de absorver, operar e utilizar informação pública. Como afirma Rogelio Perdomo:

“É fato que uma pessoa de recursos escassos tem uma dificuldade real de acesso ao sistema judicial para reclamar seus direitos, ou para defendê-los [...] A dificuldade não se deriva apenas dos custos econômicos [...] mas de obstáculos culturais, ou propriamente sociais. A linguagem, a vestimenta, as atitudes da “gente da lei”, são obstáculos reais. [...] Conto apenas dois casos: na República Dominicana conversei com um jovem processado que acabava de ser sentenciado por furto simples, com suspensão da pena. Perguntei-lhe qual era a decisão que o juiz acabara de comunicar e me disse que não havia entendido. [...] Em Caracas, um dos meus assistentes entrevistou gerentes de lojas do centro que vendem a crédito bens semiduráveis (geladeiras, televisões) com maioria de consumidores de baixa renda. Explicaram que preferiam esta clientela, pois os advogados, médicos, professores, reclamavam muito e a ameaça de recurso aos tribunais não os assustava tanto.” (PERDOMO, 1993, p. 130)

3 | REVISÃO DE INVESTIGAÇÕES E DOCUMENTOS

Mills e Duckworth (1996) concluíram que as campanhas geraram eficácia em matéria de tempo e menos problemas aos usuários desses serviços, além de reduzir a tarefa de administradores que também tem menos rejeição de formulários devido a menos falhas no preenchimento ou na compreensão. Apontam às distintas categorias de usuários segundo a familiaridade com os procedimentos, e a percepção estreita das organizações referente ao projeto, como se este fosse “simplesmente um para revisar ou reescrever um documento”, com respeito a uma visão mais estrutural da transformação que pressupõe a linguagem simples.

Ruth Sullivan (2001) apresenta uma perspectiva a partir da interpretação dos textos legais. Ela demonstra que, apesar dos esforços para a simplificação da linguagem, o desafio repousa no conteúdo da mensagem dirigida aos intérpretes legais, sua «audiência primária». Além disso, traz à luz a discussão sobre a perspectiva positivista da lei, que se encontra nos textos instituídos, e, portanto não deveria ser extraída de seus textos particulares a fim de não eliminar a distinção entre texto e contexto. A autora supõe que, ao transformar o «texto da lei» na «lei através do texto», se desprende o entendimento, abrindo espaço a outras compreensões referentes ao mesmo conteúdo legal.

Shawn Burton (2018) explica o histórico de modernização da linguagem utilizada na administração pública dos Estados Unidos, desde Nixon a Obama, com o Plain Writing Act, em 2009, que foi um feito revolucionário na construção documental pública

estadunidense. Logo após, explica como conseguiu reduzir custos e aumentar a eficiência ao transformar, simplificar e unificar um conjunto de contratos densos da GE Aviação, constituídos por jargões jurídicos, para uma linguagem mais inclusiva; estabelecendo uma mudança burocrática na prática discursiva institucionalizada, onde negociadores em potencial “possam se sentar durante um almoço sem seus advogados e ler, realmente compreender, e se sentirem confortáveis assinando o contrato”, eliminando assim a ambiguidade.

Joseph Kimble (2012) relaciona o programa a uma economia de recursos e melhores relações de confiança entre consumidores e empresas, além de instituições de governo e o poder judicial. O livro de Kimble esclarece, tal como a vasta maioria, que a linguagem simples não significa a «idiotização» da linguagem, mas apenas se refere a uma comunicação mais clara e, portanto, mais efetiva. Tampouco é antagônica à precisão conceitual, cuja certeza já tem sido comprovada pela Comissão de Bolsa de Valores dos Estados Unidos (SEC), agência independente do governo estadunidense, onde as iniciou a simplificação ainda na era Clinton. O autor afirma que a linguagem simples representa uma possibilidade de restabelecer a confiança nas empresas, no Estado e nos governos.

Luis de la Peña (2005) analisa discursivamente o manual do governo federal mexicano. O autor conclui que o documento governamental é um produto manual, descoordenado, cujas apresentação e disposição de conteúdos vão de encontro ao proposto, além de ter incluído a poucos linguistas, antropólogos e cientistas sociais na construção do manual. A reforma linguística mexicana, pois, demonstra um caráter neoliberal, baseado no «capitalismo do discurso» que domina e coloniza, de acordo com a visão de Norman Fairclough (2013), que favorece os interesses empresariais. Aqui, o discurso-linguagem é trazido como um recurso empregado e administrado para benefícios tecnocráticos que desenham políticas no marco das transformações socioeconômicas e culturais da globalização.

A Comissão da Bolsa de Valores (SEC) nos Estados Unidos publicou em 1998 um manual escrito por expertos, direcionado ao investidor que necessita tomar decisões informadas, de modo seguro e fácil. Aqui não se inclui a modernização linguística de modo oral, somente a escrita. Explica-se que, geralmente, as equipes que conduzem a simplificação estão compostas por um líder de grupo, um escritor-chefe, advogados, linguistas, um experto em investimentos, um encarregado de acordos e contratos, um responsável pelo marketing e outro para produção e operações, além de um designer gráfico para a disposição das informações nos documentos. Assim como outros, este manual propõe conhecer a audiência antes de iniciar a elaboração do documento, então conhecer a informação que necessita divulgação, para então adequar a linguagem orientada a este público específico. Em seguida, são apresentados princípios de organização (layout e disposição da informação nos documentos): organização e ordem das informações, títulos descritivos e claros, informações relacionadas agrupadas, etc. Além disso, são listadas as tecnicidades da própria linguagem a evitar,

como “sentenças longas, voz passiva, verbos fracos, palavras supérfluas, jargão legal e financeiro, inúmeros termos definidos, palavras abstratas, detalhes desnecessários, e layout e design ilegíveis” (U.S. SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION, 1998, p. 17).

A Agência de Alfabetização Adulta Nacional (NALA) da Irlanda tem o propósito de advogar e articular a implantação do inglês simples nas comunicações orais e escritas na administração pública. Em um informe (2009), a organização independente da sociedade civil clama por uma prática padronizada de linguagem simples, o informe aponta a uma construção de políticas públicas de reforma linguístico-discursiva institucionalizada.

Na Noruega, publicou-se em 2013 o projeto onde se explica uma conjuntura democrática, de participação ativa por consulta cidadã, por parte do governo norueguês a um determinado conjunto da população, na conferência “O Cidadão do Governo”, em março de 2007. Como resultado, indicou-se que a cidadania deve ser respeitada pelo Governo, e que este deveria, pois, utilizar linguagem simples em seus eventos comunicativos e burocráticos. As ferramentas de políticas foram estabelecidas em uma página web ferramental para serviços ao cidadão, treinamentos, documentações e pesquisas, experiências compartilhadas de outros programas de «melhoramento linguístico», apresentações e palestras, além de apoios econômicos, bolsas de estudo e investigação. Como lições aprendidas encontram-se: o crucial envolvimento da administração, a importância da documentação e dos fatos, a promoção da democracia através do investimento na linguagem simplificada. Também estão a economia de economizar recursos econômicos, a participação de entusiastas na fase inicial, e também na tarefa cotidiana do trabalho. Importante apontar que quando há centralização na emissão de documentos públicos – uma única agência emissora – é preferível trabalhar na raiz do problema das «cartas e formulários incertos» (NORWEGIAN MINISTRY OF GOVERNMENT ADMINISTRATION, REFORM AND CHURCH AFFAIRS, 2013).

A Comissão Europeia publicou um manual (2015) com muitos desenhos explicativos, com um design espaçado, informações relacionadas agrupadas, comum breve sumário ao princípio, muitas listas e pontos, sem abreviações e outros tipos de linguagem difícil. O manual chama atenção para a preparação dos documentos oficiais, e as sugestões são: pensar na audiência, no conteúdo e na intenção propostas. É necessário pensar na disposição da informação, ser breve e simples, evitar ambiguidade, usar a forma positiva ao invés da negativa, orações com agente claro, ativo, com informações claras e precisas, eliminar substantivos supérfluos e dar maior fluidez com verbos fortes, evitando jargões e siglas, revisando o texto e, mais importante, ter cuidado com falsos amigos do entorno multilinguístico da U.E.

O informe (2017) da organização espanhola sem fins lucrativos Leitura Fácil oferece os conceitos referentes à linguagem simples, incluindo os distintos graus de acessibilidade que existem dentro destes programas, e de modo mais específico à

Leitura Fácil, que está dirigido a um conjunto específico da cidadania em situação de risco ou exclusão social. Deste modo, busca-se criar “arredores compreensíveis para todos, eliminando barreiras para a compreensão, fomentando a aprendizagem e a participação” (GONZÁLEZ, PÉREZ, et al., 2017, p. 9). Como benefícios do programa se encontram a efetividade e o impacto da mensagem, segurança frente à ambiguidade, localização da informação, economia de tempo e de custos evitando conflitos, redução de discricionariedade e geração de confiança.

Em Colômbia, o Departamento Nacional de Planejamento (DNP) publicou um manual (2015) que propõe a aproximação entre a administração pública e a cidadania, melhorando e padronizando a atenção, fortalecendo de tal modo “a institucionalidade do governo nacional e das entidades territoriais para a gestão eficiente para o desenvolvimento e a redução de brechas sociais e econômicas” (2015, p. 7).

A experiência da linguagem cidadã no México se originou nos âmbitos governamentais dos presidentes Fox e Calderón, e cujos governos tinham “a obrigação de proporcionar aos cidadãos, informação clara e entendível que fomente a transparência, a prestação de contas e a melhoria da gestão” (SECRETARÍA DE LA FUNCIÓN PÚBLICA, 2006).

No entanto, a investigação de La Peña (2005) discute as contrariedades expostas no manual mexicano, referente às ambiguidades, como em “grau de formalidade adequado”, “tudo depende de cada situação específica” e “estrutura gramatical correta e palavras apropriadas”. Ao invés de manter o conteúdo da mensagem em uma linguagem simplificada, o manual sustenta que “basta dizer o necessário para provocar a ação esperada do cidadão”. Tudo se alinha com uma lógica de economia do discurso, a modo de colonização segundo Fairclough.

No Peru, o Poder Judicial publicou um manual (2014) que parte do pressuposto legal do direito do cidadão em compreender as decisões judiciais no processo que o envolve. Além do mais, deixa claro que a linguagem acessível não significa comunicações judiciais rasas, mas sim o desenvolvimento de termos técnicos necessários que não impeçam a acessibilidade cognitiva do cidadão-usuário.

No Chile, a Comissão Linguagem Clara e Simples do Poder Judicial publicou em 2015 um manual buscando “aproximar o quefazer dos tribunais a todas as pessoas, mediante diversas ações tendentes a simplificar o entendimento da comunidade sobre a função que desenvolvem os tribunais de justiça” (2015, p. 4). O manual oferece uma lista de termos jurídicos mais utilizados, agrupados por área “civil”, “penal”, “família” e “trabalhista” além dos “gerais”.

Na Argentina, o Ministério de Justiça e Direitos Humanos publicou o Manual SAIJ de linguagem clara (2018) como uma guia “para redatar informação jurídica sem expressões técnicas e com estilo direto, para facilitar a leitura e a compreensão”. No marco do direito ao acesso à informação, o manual pauta estratégias linguísticas visando tornar a linguagem jurídica nacional mais simples: com orações curtas, com uma ideia bem construída, de voz ativa e sujeito determinado, com estruturas básicas

e um tema por parágrafo e signos de pontuação.

4 | CONCLUSÃO

É perceptível que a visão empresarial e administrativa da aplicação da linguagem simples entre em conflito com a preservação das instituições mais clássicas, como sucede no âmbito jurídico-legal. Também há o reconhecimento de mais de uma audiência, que tem que ser levada em consideração na elaboração documental simplificada, adequando, pois, a linguagem empregada ao seu destinatário final. Também nota-se que o projeto pode ser utilizado com fundos de demagogia em nome da democracia e do bem-estar, quando na verdade instituem-se novos recursos linguístico-discursivos publicamente aceitáveis, transformando assim os sentidos, e reconfigurando as percepções na intenção de favorecer interesses particulares por vias da economia da linguagem. Percebe-se a informação pública como [1] um recurso político; [2] como um discurso instituído e limitado de linguagem flexível; [3] como um meio para incrementar as capacidades e oportunidades cidadãs; e [4] como um fim na modernização cultural das instituições em face às demandas da sociedade civil.

A partir dos informes, extrai-se que as próprias instituições reconhecem a distinção linguística, mais próxima à brecha de competências que à brecha de informação – pese a que algumas adotem este marco informacional – mas que, no entanto, cada uma desenvolve o programa de modo distinto. Como dito anteriormente, há uma resistência à mudança cultural no âmbito judicial, enquanto que o empresarial e o administrativo público já incorporam a simplificação no cotidiano, beneficiando-se do programa. Todos indicam que a informação, em si, é um conteúdo que, ainda que dependa da linguagem e dos signos, independe do tipo de linguagem utilizada para sua transmissão, sendo passível de tradução, simplificação e transformação. Constata-se uma transformação cultural na interação entre a cidadania e o Estado, mediante a redistribuição da informação e de competências, de serviços e de direitos, por vias da acessibilidade linguística. Há uma demanda por novas técnicas e novos conhecimentos para a elaboração de documentos públicos e em empresas privadas, oriunda da sociedade civil, e desde fora das Relações Internacionais, viabilizando uma dupla via, para cima e para baixo (bottom-up e top-down) no desenho e na aplicação de políticas públicas. Algumas de modo estrutural como na Argentina e no Peru, outras de modo incremental ao longo do tempo como na Suécia e nos Estados Unidos, e algumas outras de modo superficial, cuja função é mais ideológica que prática, como é o caso mexicano. De fato, as mesmas contradições e ambiguidades observadas por la Peña, em 2005, referentes ao manual publicado pela Secretaria de Função Pública em 2003, são observadas na terceira edição do mesmo documento, publicado em 2006.

A informação pública é, pois, o conjunto de documento e conhecimentos necessários para a vida em sociedade, como um capital cultural, cuja apropriação é essencial para o sucesso de políticas públicas subseqüentes, incluindo as de acesso

digital. Segundo os manuais analisados, a informação pública independente dos seus meios (os contratos, os manuais, os documentos, as guias e os informes) deve ser redistribuída visando melhores resultados, e apoiada por documentos, manuais e livros mais acessíveis.

As aplicações da política de simplificação linguística se diferem de um país ao outro. Alguns o incluem como uma ferramenta puramente administrativa, enquanto outras a incorporam no quefazer cotidiano das instituições, em distintos níveis de modernização linguística, e, claro, com alcances distintos. Reconhece-se a incapacidade de analisar a todos os documentos referentes ao tema, porém, no entanto, este trabalho espera ter contribuído ao debate, sobre esta transformação para além do procedimental, que desde o cultural modifica as relações entre a sociedade e as Instituições. Caberia uma análise mais ampla e sistemática, de avaliação desses programas, de alcance geográfico e impactos e resultados no desenvolvimento de cidadãos e cidadãs.

REFERÊNCIAS

ALEGRE, J. R. **Lenguaje e instituciones: una aproximación desde la pragmática contemporánea**. Chaco, Argentina. 2004.

BAUMAN, Z. **La globalización. Consecuencias humanas**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1998.

BECK, U. **¿Qué es la globalización?** Barcelona: Paidós, 1998.

BOURDIEU, P. **Language and symbolic power**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.
_____. Razones prácticas sobre la teoría de la acción. Barcelona: Anagrama S.A., 2007.

BURTON, S. The Case for Plain-Language Contracts. Why it's time to kill legalese. **Harvard Business Review**, Ene-Feb 2018.

CASTELLS, M. **La era de la información. Economía, sociedad y cultura. Vol. 1**. México: Siglo XXI, 1996.

CASTELLS, M.; HIMANEN, P. **El estado de bienestar y la sociedad de información. El modelo finlandés**. Madrid: Alianza, 2002.

CEPAL. **Plan de gobierno abierto. Una hoja de ruta para los Gobiernos de la región**. Santiago: Naciones Unidas, 2017.

CEPAL. **La nueva revolución digital. De la Internet del consumo a la Internet de la producción**. Santiago: NU CEPAL, 2018.

COMISIÓN EUROPEA. **Cómo escribir con claridad**. Bélgica. 2015.

DE LA PEÑA, L. El lenguaje de la transparencia y la transparencia del lenguaje: uso y control económico-administrativo del lenguaje. **Sociedad y Discurso**, n. 14, p. 69-80, 2005.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. **Guía de lenguaje claro para servidores públicos de Colombia**. Bogotá. 2015.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis and critical policy studies**. *Critical Policy Studies*, v. 7, n. 2, p. 177-197, 2013. ISSN DOI: 10.1080/19460171.2013.798239.

GOBIERNO DEL ESTADO DE MÉXICO. **Guía del uso del lenguaje ciudadano en la administración pública estatal**. México. 2014.

GONZÁLEZ, C. C. et al. **Lenguaje claro. Comprender y hacernos entender. Guía sobre lenguaje claro**. Madrid. 2017.

KIMBLE, J. **Writing for Dollars, Writing to Please. The Case for Plain Language in Business, Government, and Law**. Durham, N.C.: Carolina Academic Press, 2012.

MANSELL, R. From digital divides to digital entitlements in knowledge societies. **Current Sociology**, v. 50, n. 3, p. 407-426, 2002.

MARTINS, S. F. **The right to understand**. TEDx O'Porto. Porto: TEDx. 2011. p. -. Disponível em http://www.ted.com/talks/sandra_fisher_martins_the_right_to_understand/details?language=es.

MILLS, G.; DUCKWORTH, M. **The Gains from Clarity: a research report on the effects of plain-language documents**. Sydney. 1996.

MINISTERIO DE JUSTICIA Y DERECHOS HUMANOS. **Manual SAIJ de lenguaje claro. Pautas para redactar información jurídica sencilla**. Buenos Aires. 2018.

NATIONAL ADULT LITERACY AGENCY NALA. **Policy brief: use of plain English in written communications**. Dublin. 2009.

NORWEGIAN MINISTRY OF GOVERNMENT ADMINISTRATION, REFORM AND CHURCH AFFAIRS. **The Norwegian Plain Language project. Open Government Partnership**. Norway. 2013.

OECD. **Better skills, better jobs, better lives: A strategic approach to Skills Policies**. New York: OECD Publishing, 2012.

PERDOMO, R. P. La justicia en tiempos de globalización: demandas y perspectivas de cambio. In: **BID Justicia y Desarrollo en América Latina y Caribe**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desarrollo, 1993. p. 137-151.

PODER JUDICIAL DEL PERÚ. **Manual judicial de lenguaje claro y accesible a los ciudadanos**. Lima. 2014.

PODER JUDICIAL REPÚBLICA DE CHILE. **Glosario de terminos legales**. Chile. 2015.

RIVOIR, A. Enfoques dominantes en las estrategias para la Sociedad de la Información y el Conocimiento. El caso uruguayo. **Revista de Ciencias Sociales**, Montevideo, v. 26, n. 33, p. 11-30, diciembre 2013.

SECRETARÍA DE LA FUNCIÓN PÚBLICA. **Lenguaje ciudadano. Un manual para quien escribe en la Administración Pública Federal**. Mexico. 2006.

SEN, A. **Development as freedom**. New York: Alfred Knopf, 1999.

_____. **La idea de la justicia**. Barcelona: Taurus, 2010.

SULLIVAN, R. The Promise of Plain Language Drafting. **McGill Law Journal**, v. 47, n. 97, p. 97-129,

2001.

U.S. SECURITIES AND EXCHANGE COMMISSION. **A Plain English Handbook. How to create clear SEC disclosure documents.** Washington, D.C. 1998.

VAN DEURSEN, A. J. A. M.; VAN DIJK, J. A. G. M.; PETERS, O. Rethinking Internet skills: The contribution of gender, age, education, Internet experience, and hours online to medium- and content-related Internet skills. **Poetics**, n. 39, p. 125-144, 2011.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. **The platform society. Public values in a connective world.** [S.l.]: OUP USA, 2018.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração pública 81, 82, 88, 90, 91
Aquisição da escrita 119, 127, 130
Aquisição de língua de sinais 34
Armamento 11, 15

B

Bíblia Sagrada 11, 12
Brecha informacional 81, 82, 84

C

Cinema 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169
Comandos de escrita 17, 18, 22, 23, 31
Comunicação 3, 5, 13, 19, 22, 24, 35, 36, 37, 42, 43, 51, 71, 74, 76, 78, 79, 83, 85, 89, 102, 105, 106, 107, 108, 114, 115, 116, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 145, 149, 152, 162, 173, 176, 179, 190, 191, 200, 210, 217
Concepção de língua(gem) 71, 78, 79, 192

D

Democracia 81, 82, 84, 85, 87, 90, 92, 131, 192, 193

E

Educação 9, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 54, 55, 56, 57, 60, 71, 77, 78, 79, 80, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 105, 106, 117, 131, 147, 148, 149, 151, 153, 158, 159, 182, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 200, 201, 202, 217
Educação bilíngue 34, 35, 37, 39, 40, 41, 42, 45, 78, 79, 106
Educação inclusiva 34, 35, 37, 39, 41, 42, 96, 97
Ensino 1, 2, 3, 9, 10, 17, 18, 19, 21, 23, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 42, 43, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 70, 71, 73, 77, 78, 80, 97, 98, 100, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 125, 129, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157, 158, 159, 168, 171, 172, 173, 176, 180, 181, 182, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 217
Ensino a distância 171, 182
Ensino de língua 54, 77, 80, 118, 171, 182, 189, 191, 192, 198, 199, 200, 201, 202
Ensino fundamental 17, 18, 23, 32, 33, 42, 56, 80, 100, 104, 106, 119, 121, 122, 125, 129
Ensino híbrido 147, 148, 149, 150, 159
Equipe multidisciplinar 96, 98, 99, 102
Escola 10, 17, 19, 20, 22, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 57, 80, 98, 99, 101, 102, 103, 118, 119, 120, 121, 122, 128, 147, 148, 149, 152, 153, 158, 182, 189, 190, 191, 193, 195, 198, 200, 201, 202
Espanhol 66, 105, 106, 110, 111, 115, 116, 117, 205
Estímulos 96, 97, 98, 101, 134

Estratégia de Comunicação 105

Estudos anchietanos 58

F

Fenômenos fonéticos 183, 184

G

Gêneros textuais 1, 2, 10, 17, 107, 115, 154, 189, 201, 202

H

História 15, 24, 25, 39, 53, 62, 63, 70, 77, 78, 79, 110, 126, 130, 142, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 186, 188, 192, 193, 194, 196, 197, 201, 215, 216

Historiografia da linguística 58, 59

I

Identidade 37, 40, 47, 51, 55, 57, 78, 87, 120, 161, 176, 183, 184, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 198, 199, 200

Inclusão 4, 12, 15, 43, 44, 78, 84, 85, 86, 87, 96, 103, 106, 116, 158

Interação 3, 19, 22, 23, 32, 38, 40, 41, 42, 43, 51, 55, 71, 76, 77, 78, 79, 80, 87, 92, 120, 133, 134, 137, 150, 151, 153, 157, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 190, 191, 197

L

Lei 14, 41, 44, 79, 80, 88, 106, 131, 139, 140, 143, 146, 193, 194, 201, 202, 203

Língua 1, 2, 9, 12, 13, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 62, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 128, 132, 133, 134, 135, 136, 138, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 159, 171, 175, 176, 182, 185, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Língua de sinais 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 44, 71, 76, 80, 117, 118

Linguagem cidadã 81, 82, 84, 91

Linguística 7, 11, 15, 35, 36, 37, 40, 43, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 89, 92, 93, 108, 110, 117, 118, 119, 122, 126, 128, 129, 130, 158, 173, 174, 178, 182, 190, 194, 199, 200, 201, 203, 204, 211, 216

Linguística histórica 130, 203, 204, 216

Livros didáticos 17, 18, 31, 195, 198

M

Mecanismos de junção 119

Metaplasmos 183, 187, 188

Metodologias ativas 147, 148, 149, 150, 152, 157, 158, 159

Motivação 20, 26, 30, 31, 32, 96, 97, 100, 102, 104, 129, 157

Mudança linguística 54, 130, 203

N

Narrativa 25, 39, 61, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 198, 199

P

Pistas de contextualização 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 181, 182

Política 11, 21, 35, 36, 41, 42, 45, 50, 60, 62, 65, 71, 72, 79, 82, 85, 93, 117, 165, 166, 198, 200, 215

Português moderno 203, 204, 206, 211, 213, 214, 215

Preposição 203, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 212, 213, 214

Processos 40, 44, 50, 52, 62, 83, 85, 100, 102, 103, 130, 133, 136, 149, 150, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 191, 194, 197

Produção discursiva 189, 192, 198

R

Relações étnico-raciais 189, 194, 200, 201, 202

S

Santa Cruz 63, 66, 160, 162, 164, 165, 169

Sequência didática 1, 147, 152, 153, 158

Sociedade 11, 13, 16, 20, 37, 42, 43, 46, 47, 48, 50, 52, 55, 56, 57, 61, 62, 68, 69, 72, 73, 76, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 93, 116, 131, 134, 144, 148, 149, 150, 152, 153, 161, 163, 164, 166, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200

Surdo 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 118

T

Tradição discursiva 119, 126, 130

Tradução intralinguística 81, 82

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-760-4



9 788572 477604